

30 AGO 1989

Bulhões: Se Sarney não sair antes, economia se descontrola

MÔNICA MAGNAVITA

A antecipação da posse do novo Presidente da República para janeiro ganhou uma adesão relevante, a do professor Octávio Gouvêa de Bulhões, Ministro da Fazenda do Governo Castello Branco. Segundo Bulhões, se isso não ocorrer, os riscos de a economia sair de controle aumentarão substancialmente. E a principal razão está na necessidade de o novo Governo promover uma rápida modificação na Constituição, a fim de impedir o repasse de 60% da receita tributária da União para os Estados e municípios. Enfatizou que só o novo Presidente terá credibilidade para propor esta mudança, sem a qual o País ficará ingovernável.

— Acredito que o Presidente Sarney está plenamente de acordo em deixar o cargo em janeiro — disse Bulhões. — Quando ele pleiteou prazo maior para continuar, ainda não havia sido votada a Constituição.

Apesar da estabilidade da inflação nos dois últimos meses, o ex-Ministro, que é Presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, duvida que o Governo conseguirá manter as atuais taxas. Isso só ocorrerá, disse, se for possível equilibrar as despesas às receitas. Mas, segundo Bulhões, há um acúmulo de dívidas que vencerão este ano — como a das estatais —, e se as pressões para o pagamen-

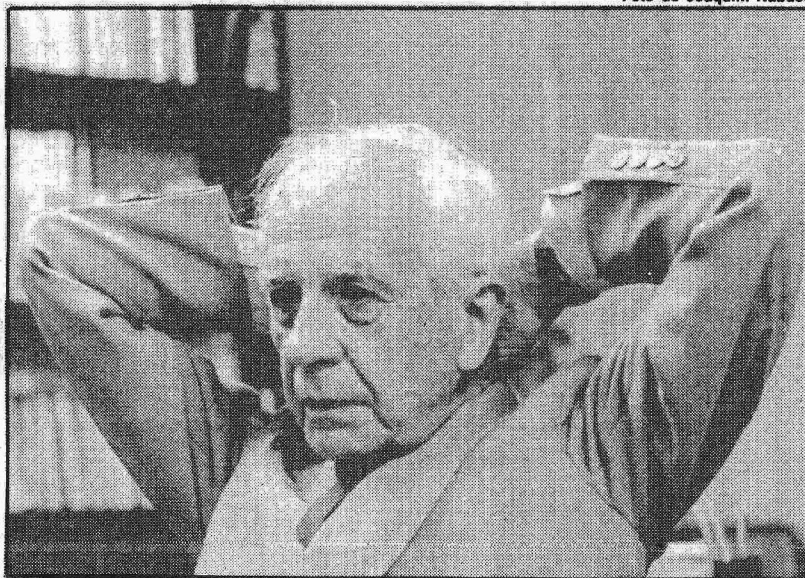


Foto de Joaquim Nabuco

Ex-Ministro acha que novo Governo terá de propor mudança da Constituição

to forem grandes, o Governo gastará mais do que arrecada.

Por isso, ele insistiu em que a equipe econômica deve continuar contendo a emissão de moeda e a expansão dos meios de pagamentos (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos), como fez nos dois meses passados. Mas o problema mais grave continua:

— Enquanto o Governo continuar rolando sua dívida no **overnight**, será muito difícil equilibrar as contas públicas. Por isso, acho que a atual equipe estará conseguindo muito se evitar que as coisas piores.

A tarefa de acabar com a inflação no País, segundo Bulhões, ficará mesmo para o Governo seguinte, e o primeiro passo nessa direção deverá ser alargar os prazos de financiamento da dívida pública.